

III CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS

10 anos
de Pregão

O MAIOR ENCONTRO NACIONAL

presi-
s Reis.
de Secre-
do Minis-
rio Santanna,
o; o presidente
Portugal Bacellar; o
Saneamento Básico
ro Mendes; o desem-
de Janeiro, Jessé Torres
Itaipu, Margareth Groff; o
tica do governo do Estado de
o juiz de Direito da Entrância
Eduardo Santana; e o vice-presi-
blicos, Ruimar Barboza dos Reis.



Mesa de honra celebra abertura oficial do III Congresso Brasileiro de Pregoeiros.

Mesa de honra (esq. para dir.): Jair Eduardo Santana, Jessé Torres Pereira Júnior, Álvaro Mendes, Rogério Santanna, Rudimar Barbosa dos Reis, Rubens Portugal Bacellar, Margareth Groff, Roberto Meizi Agune e Ruimar Barboza.



O aniversário de 10 anos do Pregão no Brasil foi comemorado de forma especial por inúmeros profissionais da área, durante o **III Congresso Brasileiro de Pregoeiros**, que teve como tema principal “A Atualização das Leis e Tecnologias Integradas aos Aspectos Econômicos e Administrativos do Pregão”.

Criado em 2006, o evento já é sucesso consagrado entre a categoria e, neste ano, teve a honra de prestar homenagem a uma década de trabalho dos pregoeiros, período marcado por intensa luta pelo reconhecimento e pela qualificação da categoria.

O Congresso aconteceu entre os dias 10 e 13 de março, em Foz do Iguaçu (PR), no Hotel Mabu Thermas & Resort. Com número recorde de participantes, o evento reuniu renomados especialistas, responsáveis pela explanação de atuais e importantes temas, durante as palestras e oficinas que compuseram sua programação.

Além da excelência do conteúdo apresentado, o III Congresso Brasileiro de Pregoeiros trouxe surpresas especiais, como o lançamento da coletânea “10 Anos de Pregão”, coleção de doze livros elaborados por autoridades na área de licitação. E, também, por

momentos já esperados pelo público, como a entrega do Prêmio 19 de Março, criado pela Editora Negócios Públicos e já considerado importante troféu de reconhecimento ao trabalho realizado por pregoeiros, órgãos e entidades responsáveis pelos pregões concretizados em todo país.

A solenidade de abertura do Congresso foi comandada pelo presidente do Grupo Negócios Públicos, Rudimar Barbosa dos Reis. Também compuseram a mesa de honra o secretário de Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Rogério Santanna, representando no ato o ministro Paulo Bernardo; o presidente da ordem dos Pregoeiros do Brasil, Rubens Portugal Bacellar; o superintendente de compras Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), Álvaro Mendes; o desembargador do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro, Jessé Torres Pereira Júnior; a diretora financeira da Itaipu, Margareth Groff; o diretor da Secretaria de Gestão Pública do governo do Estado de São Paulo, Roberto Meizi Aguni; o juiz de Direito da Entrância Especial em Minas Gerais, Jair Eduardo Santana; e o vice-presidente do Grupo Negócios Públicos, Ruimar Barboza dos Reis.

Em seu discurso de abertura, o anfitrião do evento Rudimar Barbosa saudou a todos os congressistas e manifestou sua emoção por comemorar, ao lado de tantos profissionais engajados em buscar qualificação, os 10 anos de atuação dos pregoeiros no Brasil.

Depois de oficialmente aberto o Congresso, foi a vez do público se encantar com o Coral de Itaipu que executou, sob a regência do maestro Gil de Barros Alves, o Hino Nacional e outras canções entoadas pelas 32 vozes do grupo.



Composto por 32 vozes, o Coral de Itaipu encantou a todos com sua apresentação.

PREGÃO: sucesso em compras públicas

A sessão solene teve seguimento com o secretário da SLTI, Rogério Santanna que destacou o sucesso obtido pelo pregão durante seus dez anos de prática no Brasil, tornando-se a modalidade de compras públicas mais bem sucedida no país. “Em 2007, 80% das compras do governo federal foram realizadas por pregão. Compramos R\$16,5 bilhões por pregões eletrônicos mais R\$2 bilhões por pregão presencial”, afirma.

Para ele, a consolidação do pregão deve-se ao trabalho, ao aperfeiçoamento e à melhoria que servidores vêm recebendo e que já se incorporou à cultura pública brasileira, tornando-se um diferencial para o país. Ele conta que “nós, no Ministério do Planejamento, recebemos convites de outros países para dividir a experiência de como fazer compras públicas através desta ágil modalidade”.

O secretário relata, ainda, que entre outras vantagens apresentadas pelo pregão, a otimização do tempo das compras também é fator relevante. Ao contrário dos processos convencionais que podem levar até três meses para serem concluídos, através do pregão é possível contratar um serviço em 13 dias e encerrar um processo licitatório em até 17.

Além disso, o pregão é grande exemplo de transparência e prestação de contas públicas. “Todas as compras estão à disposição para acompanhamento da sociedade”, justifica Santanna.

Em 2007, outro grande passo foi dado para a expansão dos pregões no Brasil, com a implementação de incentivos à Lei 123, das micro e pequenas empresas, com vantagens previstas no artigo 176 da Constituição Brasileira, assegurando-lhes tratamento privilegiado.

De acordo com Santanna, essas empresas responderam às novas medidas, sendo responsáveis por 48% de tudo que foi comprado pelo governo federal, através do pregão eletrônico, totalizando aproximadamente R\$ 8 bilhões.



“Precisamos dividir esses resultados com vocês, pregoeiros, que constroem e trabalham arduamente, em todo país. Você fazem o sucesso e o reconhecimento dos órgãos internos”. Rogério Santanna.

CONQUISTAS DA CLASSE

Em clima festivo e contagiante, a solenidade de abertura do evento teve continuidade com a palavra do presidente da Ordem dos Pregoeiros do Brasil (OPB), Rubens Portugal Bacellar.

Em sua terceira participação no Congresso Bacellar destacou, nesta edição, a importância das vitórias conquistadas pelos pregoeiros ao longo dos 10 anos de trabalho.

Para ele, a atividade do pregoeiro é, aparentemente, simples. Mas sempre exigiu garra, coragem e determinação nas discussões e negociações com fornecedores. “Somos responsáveis por uma nova postura na aquisição de bens e serviços e, também, por significativa alteração de comportamento empresarial. Durante esses 10 anos, o pregão mostrou-se uma alternativa acertada para a prática do ‘quem faz mais, por menos’”, comemora.

Como forma de homenagear os pregoeiros e com o objetivo de fortalecer e unir a categoria, Bacellar informou que, até o dia 31 de maio, os profissionais que quiserem se inscrever na OPB poderão fazê-lo gratuitamente, sem qualquer ônus. A partir do mês de junho será cobrada taxa anual de R\$ 50.



O pioneiro dos pregões no Brasil, Rubens Portugal Bacellar.



Representando os pregoeiros, Jairo da Galera e Eva Cláudia (ao centro).

Em seguida ao pronunciamento de Bacellar, chegou o momento da primeira surpresa da noite. Para representar toda a classe, o presidente do evento, Rudimar Barbosa chamou ao palco, para compor a mesa de honra, dois congressistas. Representando as pregoeiras do Brasil, a primeira convocada foi Eva Cláudia, servidora do Superior Tribunal Militar e uma das primeiras mulheres a ingressar na profissão. O segundo convidado foi o pregoeiro da subprefeitura de Itaim Paulista (SP), Jairo da Galera, apresentado por ter sido o primeiro inscrito no III Congresso, um minuto após o lançamento oficial do evento.

Com 17 anos de história, o Grupo Negócios Públicos tem grande honra em ser um parceiro efetivo no crescimento da classe dos pregoeiros, no Brasil. Para o presidente da empresa, Rudimar Barbosa, a realização do Congresso e sua consolidação, ao longo das três edições, é motivo de orgulho para a empresa. Principalmente pelo fato de o pregão mostrar-se, cada vez mais, como indispensável e eficaz ferramenta empregada em compras públicas.

SUCESSO ATESTADO POR RESULTADOS

Em relação ao ano de 2002 esta modalidade licitatória cresceu mais de 8 mil por cento em número de processos e em 26% em termos de valores. O que representa economia superior a R\$ 3 bilhões na aquisição de bens e serviços somente em 2007. Não obstante, tal contenção multiplicou-se pelos estados e municípios, gerando economia global de aproximadamente R\$ 12 bilhões só no ano passado.

“Considerando uma economia média 20% a 25% proporcionada pelos pregões acreditamos que o pequeno município que aderiu à modalidade, há alguns anos, tenha economizado até hoje o valor equivalente a um orçamento anual. Esses valores foram destinados a novas compras, investimentos em saúde, educação, segurança e outras obras”, explica Barbosa.

NÚMEROS DO PREGÃO NO BRASIL:

- crescimento de 8.000% em número de processos e de 26% em valores, em relação ao ano de 2002;
- economia de R\$ 3 bilhões na aquisição de bens e serviços, em 2007;
- contenção global gerada por estados e municípios de R\$ 12 bilhões, em 2007.



Rudimar Barbosa: trabalho dos pregoeiros concretiza valores da ordem e do progresso.

PRESENTE ESPECIAL

Como merecido tributo aos grandes homenageados do evento, Rudimar Barbosa anunciou o lançamento da coletânea “10 Anos de Pregão”, especialmente desenvolvida em comemoração à data.

Na oportunidade o presidente congratulou os pregoeiros: “a presença de cada um de vocês certamente nos confirma o exemplo de dedicação e trabalho. A busca pela capacitação e pelo conhecimento são formas contínuas de avanço e desenvolvimento não apenas individual, mas, também, coletivo. É o ideal comum que fará a numerosa família de profissionais pregoeiros prosperar e

Outro importante benefício gerado pelo pregão diz respeito às empresas locais, que tiveram grande oportunidade de crescimento. Como consequência, puderam observar a valorização e o aperfeiçoamento de seus produtos, geraram empregos e contribuíram para o aumento da renda, colaborando, assim, com o fortalecimento da economia brasileira.

Para o presidente do Grupo, grande parte da responsabilidade que justifica a absorção de avanços e conquistas para a administração pública e suas atividades licitatórias, encontra-se centrada e afirmada no evento, pelos pregoeiros. “Neste Congresso, concretizamos o reconhecimento aos pregoeiros, o valor por seu esforço individual, pelo empenho e dedicação diária para o desenvolvimento de uma atividade séria, competente e promissora. Respeitamos o perfil inovador de todos vocês, a iniciativa de quebrar conceitos, estabelecendo novas e bravas marchas de trabalho. Vocês representam o exemplo sólido para a concretização dos nossos mais valiosos objetivos: o da ordem e do progresso”, parabeniza Barbosa.

firmar-se como valioso modelo para as futuras gerações que aceitarem a nobre função”.

A convite do mestre de cerimônias do evento, Elon Garcia, a homenagem foi selada com um minuto ininterrupto de aplausos. Neste momento, os integrantes da mesa de honra foram agraciados com o Marco de Perenidade, uma peça de arte de total transparência que ilustra a atividade do pregão e marca sua presença durante a célebre comemoração, registrada com a inscrição “Eu participei dos 10 Anos”.



Um minuto de aplausos para saudar os pregoeiros.

PRÊMIO 19 DE MARÇO CONTEMPLA DESTAQUES DO ANO

Com a missão de promover, difundir e incentivar o aprimoramento da utilização desta moderna forma de licitação, a Editora Negócios Públicos criou o Prêmio 19 Março que, há três anos, consagra profissionais, órgãos e entidades responsáveis por pregões realizados em todo Brasil.

Antes mesmo de o público ser contagiado pela expectativa de conhecer os vencedores da noite, a entrega do resultado foi uma atração à parte. Ao início da premiação, anunciada pelo mestre de cerimônias Elon Garcia, um funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, devidamente uniformizado e conduzindo uma motocicleta utilizada pelo serviço de postagem Sedex, adentrou o grande salão e levou até o palco a relação dos premiados.



Entrega inusitada: funcionário dos Correios entrega resultado do Prêmio 19 de Março.

economia brasileira. “Ser contemplado com esses prêmios é muito importante, pois comprova que nosso trabalho vem sendo visto por quem o utiliza, pelos pregoeiros e pela sociedade, que é a maior beneficiada com o pregão eletrônico. Fazer pregão eletrônico não é apenas questão legal, mas de cidadania”, disse.

A solenidade de abertura foi então encerrada pelo presidente do Congresso, Rudimar Barbosa, que reiterou as boas vindas aos participantes e convidou a todos para o grande jantar de abertura do evento.

A grande confraternização contou com a ilustre presença do cantor e compositor Guilherme Arantes. Em sua apresentação, os convidados tiveram a oportunidade de conferir grandes sucesso do músico.



Prêmio 19 de Março reconhece competência de entidades e profissionais do pregão.

Para concorrer ao troféu 19 de Março, as instituições deveriam se cadastrar no site oficial do Congresso e, posteriormente, encaminhar seu material em conformidade com as exigências da modalidade desejada. Em seguida, todos os documentos recebidos foram analisados por comissão julgadora previamente designada para este fim. O julgamento se norteou estritamente pelos critérios disciplinados no certame.

Completa a análise dos materiais processou-se, então, o resultado final do concurso cultural que distribuiu, ao todo, 21 prêmios divididos nas categorias Editais, Pregão, Pregoeiro e Sistema de Pregão Eletrônico.

Vencedor em sete modalidades, o Banco do Brasil foi destaque. Declarando-se honrado por representar a instituição, Celso Silvio Cordioli comentou sobre a importância do pregão para a



Confraternização e show de Guilherme Arantes marcaram o Jantar de Abertura.



1. CATEGORIA EDITAIS – MELHOR EDITAL DE PREGÃO – Empresa Brasileira de Infra Estrutura Aero Portuária – Infraero. Referente ao Pregão eletrônico 078/2007. Responsável pela inscrição da administração Sr. Eloir Saqueto.
2. CATEGORIA EDITAIS – MELHOR PARECER JURIDICO NO EDITAL – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Minas Gerais e Assessoria Jurídico-administrativa. Pelo parecer jurídico 081/2007 assinado pela assessora jurídica Andriani Rocha Tomás e pelo assessor chefe Caio de Carvalho Pereira.
3. CATEGORIA EDITAIS – MELHOR TERMO DE REFERÊNCIA – pela objetividade e transparência na descrição do objeto respeitando os aspectos legais, a Agência Nacional de Águas – ANA.
4. CATEGORIA PREGÃO PRESENCIAL COM A MAIOR QUANTIDADE DE RODADAS DE LANCES – Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
5. CATEGORIA PREGÃO – O MAIOR PREGÃO EM VALOR GLOBAL – Constituído pela somatória dos lotes de itens licitados em um único pregão – Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo.
6. CATEGORIA PREGÃO – MAIOR NÚMERO DE PARTICIPANTES CREDENCIADOS – Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.
7. CATEGORIA PREGÃO – OBJETO MAIS INUSITADO – Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo.
8. CATEGORIA PREGÃO – PARA REGISTRO DE PREÇOS COM O MAIOR NUMERO DE CARONAS – Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.
9. CATEGORIA PREGOEIRO – PREGOEIRO COM MAIOR NÚMERO DE PREGÕES REALIZADOS COM PROPOSTAS VÁLIDAS – Robson Paulo de Oliveira Campos – Secretário de Gestão Pública do Estado de São Paulo.
10. CATEGORIA PREGOEIRO – PREGOEIRO COM MAIOR TEMPO DE MANDATO COMPUTADO EM DIAS – Alencastro Guimarães de Brito – Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.
11. CATEGORIA PREGOEIRO – NEGOCIAÇÃO QUE GEROU A MAIOR VANTAGEM ECONOMICA ENTRE O MENOR LANCE E O PREÇO DE FATO CONTRATADO – Fernanda Aparecida Venâncio – Secretaria de Gestão Publica do Estado de SP.
12. CATEGORIA SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO – MAIOR NÚMERO DE PREGÕES REALIZADOS E CONCLUÍDOS EM 2007 – Banco do Brasil.
13. CATEGORIA SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO – MAIOR NÚMERO DE ENTIDADES CONVENIADAS NO SISTEMA – Banco do Brasil.
14. CATEGORIA SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO – MAIOR NÚMERO DE FORNECEDORES CREDENCIADOS – Banco do Brasil.
15. CATEGORIA SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO – INOVAÇÃO, COMPRAS DIRETAS, COTAÇÕES ON LINE, ROTINAS INOVADORAS – Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP – SABESP.
16. CATEGORIA SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO – Interatividade do sistema – Banco do Brasil.
17. CATEGORIA SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO – RECONHECIMENTO PELOS FORNECEDORES ATRAVÉS DE PESQUISA INTERATIVA VIA WEB - MAIOR FACILIDADE DE USO – Banco do Brasil.
18. CATEGORIA SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO – MELHOR SUPORTE TECNICO – Banco do Brasil.
19. CATEGORIA SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO – MELHOR SISTEMA NA HORA DE LANCES – Banco do Brasil.
20. CATEGORIA SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO – RECONHECIMENTO DOS FORNECEDORES ATRAVÉS DE PESQUISA INTERATIVA VIA WEB – MELHOR VISUAL – Comprasnet.
21. CATEGORIA SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO – RECONHECIMENTO DOS FORNECEDORES ATRAVÉS DE PESQUISA INTERATIVA VIA WEB – MELHOR BUSCA NO SITE – Comprasnet.

OFICINAS APRESENTAM CONTEÚDO DA COLETÂNEA 10 ANOS DE PREGÃO

Consideradas elementos centrais do Congresso Brasileiro de Pregoeiros, as ferramentas de capacitação foram especialmente desenvolvidas pela Negócios Públicos Eventos, que ofereceu aos participantes uma das mais completas séries de oficinas em um só evento.

As oficinas fizeram parte do cronograma geral do Congresso e ocorreram simultaneamente, durante todos os dias do evento, em dois períodos. A metodologia adotada foi embasada em orientação expositiva, com entrega de farto e completo material de apoio, incluindo a nova coletânea “10 Anos de Pregão”.

Os debates contemplaram, principalmente, as questões práticas e técnicas utilizando-se de recursos de tecnologia, propiciando reflexão e discussão com os participantes, sobre objetivos através das experiências vivenciadas.

Com 24 horas de capacitação, as onze oficinas ministradas foram verdadeiros sucessos de público e aconteceram com capacidade máxima de participantes.



Valéria Cordeiro



Gabriela Verona Pércio



Rolf Dieter Bräunert



Fernanda Babini



Jonas Lima



Paulo Rui Barbosa



Murillo M. Basto Neto



Simone Zanotello



Túlio Bastos Barbosa



Edgar Guimarães



Jair Eduardo Santana

COLETÂNEA 10 ANOS DE PREGÃO

Em mais uma iniciativa inédita do Grupo Negócios Públicos, os professores ministrantes das oficinas foram convidados a registrar seus respectivos temas em onze livros que deram origem à coletânea “10 Anos de Pregão”.

A nobre coleção fez parte da série de homenagens especiais ao aniversário do pregão no Brasil e teve a assinatura de renomados especialistas da área de licitações.

Completando a coletânea, destaque para o livro “Legislação – Licitações, Pregão Presencial e Eletrônico e Leis Complementares”. Organizada pelos advogados Jair Eduardo Santana e Fernanda Andrade, a obra reúne todo o conjunto de leis, decretos, instruções normativas e resoluções aplicadas na legislação brasileira e é, atualmente, a mais completa publicação na área de licitações, no Brasil.

Vale lembrar que a coletânea “10 Anos de Pregão” é exclusivamente distribuída nos eventos realizados pelo GNP, não sendo distribuída e comercializada em pontos de venda.

Confira, no box a seguir, os títulos que formam a coletânea e que foram apresentados por seus autores, bem como, o número de participantes de cada oficina.



Congressistas foram presenteados com a exclusiva coletânea “10 Anos de Pregão”.

CONHEÇA, A SEGUIR, OS TÍTULOS QUE FORMAM A COLEÇÃO:

- Legislação – Licitações, Pregão Presencial e Eletrônico, Leis Complementares	Jair Eduardo Santana e Fernanda Andrade
- Recursos Administrativos (361*)	Simone Zanotello
- Lei Complementar 123/06 Aplicações (363*)	Jonas Lima
- Contratos Administrativos (259*)	Gabriela Verona Pércio
- Convênios e Prestação de Contas (96*)	Murilo M. Basto Neto
- Termo de Referência – Valor Estimado na Licitação (164*)	Jair Eduardo Santana
- Contratação Direta – Comentários às hipóteses de licitação dispensável e inexigível (233*)	Edgar Guimarães
- Formação de Preços (124*)	Túlio Bastos Barbosa
- Formação e Capacitação de Pregoeiros (129*)	Valéria Cordeiro
- Obras e Serviços de Engenharia (218*)	Rolf Dieter Bräunert
- Elaboração de Editais de Pregão – Alterados pela LC 123/06 (425*)	Fernanda Babini
- Sistema de Registro de Preços – SRP (389*)	Paulo Rui Barbosa

* Número de participantes em cada oficina.

“A presença de cada um de vocês, certamente nos confirma que o exemplo de dedicação e trabalho, a busca pela capacitação e conhecimento são formas contínuas de avanço e desenvolvimento individual e coletivo. E é esse ideal comum que fará a numerosa família de profissionais pregoeiros prosperar e firmar-se como valoroso modelo para as futuras gerações que aceitarem a nobre função”. Rudimar Barbosa.



sabesp

Licitações Eletrônicas

Uma empresa conectada com as
melhores práticas do mercado

Conheça os serviços disponíveis na
internet e suas novidades:

www.sabesp.com.br



sabesp

A vida tratada com responsa

SECRETARIA DE
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

EFETIVAMENTE, O QUE É DEFEITO NO PREGÃO?

O advogado Marçal Justen Filho discute o papel do pregoeiro na negociação e reconhecimento dos vícios sanáveis ou não sanáveis

Aprofundando-se nesta polêmica e controversa pergunta, o advogado Marçal Justen Filho, deu início às atividades no primeiro dia do III Congresso Brasileiro de Pregoeiros.

Com o título “O Procedimento no Pregão e seus Paradigmas”, Justen levou aos pregoeiros algumas visões diferenciadas no que tange a vícios sanáveis ou não sanáveis na prática do pregão.

Primeiramente, o palestrante ressaltou que não existe uma resposta exata para saber quais são os vícios sanáveis e qual o limite do poder de escolha do pregoeiro quanto ao saneamento de defeitos. Para ele, “como cada participante no pregão tem uma margem de autonomia para configurar a proposta, o lance e a documentação que apresentará, é possível que a conduta concreta escolhida não seja aquela que tinha sido antevista como adequada, necessária ou obrigatória por parte do ‘modelador’ que concebeu o paradigma a ser adotado”.

Daí a conclusão de que a problemática do defeito é muito menos relevante no pregão do que nas demais modalidades



Marçal Justen Filho

“O defeito existe com menor relevância no pregão, que possui modelo muito mais simples do que as outras modalidades de licitação”, Marçal Justen Filho

licitatórias. Não obstante, no pregão eletrônico a margem para desconformidade torna-se ainda menor, já que a comunicação entre o pregoeiro e o licitante é informatizada, sem possibilidade de troca de idéia ou informações além das solicitadas pelo processo.

Pode-se dizer, ainda, que o impasse entre o defeito sanável ou não também é decorrente da própria Lei de regulamentação das licitações que prevê a eliminação do licitante mediante qualquer desconformidade entre a proposta e o edital.

Como medida essencial, Justen cita a necessidade de avaliar em cada caso a eficiência da realização dos valores buscados pelo legislador e pelo autor do ato convocatório.

A ARTE DE NEGOCIAR E DECIDIR

Na ausência de uma resposta exata para definir defeitos sanáveis ou não, é obrigação do particular fornecer e apresentar toda a documentação solicitada. Ao pregoeiro, por sua vez, não cabe, como regra, poder para ignorar a lei ou o ato convocatório.

Embora seja possível que em situações diferenciadas este profissional produza o saneamento de algum defeito inquestionável existente na conduta do particular.

Diante do exposto é possível considerar que o sensato é a obtenção de uma solução intermediária para que o pregoeiro ou autoridade tenha margem de negociação para, assim, encontrar a solução buscada. Embora no pregão o exercício da decisão esteja quase totalmente vinculado à lei e ao edital, existe, inevitavelmente, margem de interpretação em relação às exigências estabelecidas ou a casos não previstos antecipadamente.

Concluindo sua brilhante exposição, Marçal Justen Filho admite a tendência ao reconhecimento de que, o melhor caminho não é imaginar uma disciplina que retira do pregoeiro ou da autoridade que decide uma margem de colaboração para produzir o melhor resultado na competição. “Não parece viável um modelo que pretenda suprimir um pregoeiro por uma máquina ou por um programa de computador”, finaliza.



Jessé Torres Pereira Júnior

AS LEIS DE LICITAÇÕES E A CONQUISTA DA EXCELÊNCIA EM RESULTADOS

O desembargador Jessé Torres Pereira Júnior analisa a relação entre a correta aplicação das Leis de regulamentação das licitações e a qualidade dos resultados obtidos pela administração pública

A conquista de bons resultados é um objetivo comum tanto nas gestões da iniciativa privada, como também, na administração pública. E, de acordo com o Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Jessé Torres Pereira Júnior, “a função pública se cumpre, de maneira mais ou menos satisfatória, na medida em que se mostra capaz de alcançar os resultados esperados pela sociedade”.

Para que esses efeitos positivos sejam efetivamente alcançados, deve ser assegurada a todo aquele que decide uma margem de ponderação.

Sempre fundamentado nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e, também, nos decretos 3.555/2000 e 5.450/2005, coube ao especialista elucidar algumas questões cruciais presentes na rotina de trabalho dos pregoeiros.

A primeira delas diz respeito à identificação da autoridade competente em cada ato. Em uma definição singela, Torres explicou: tudo que é carente de decisão remete à competência da mesma autoridade, inclusive abertura de licitação; designação do pregoeiro e dos componentes da equipe de apoio; decisão sobre os recursos contra atos do pregoeiro; e homolo-

gação do resultado da licitação, bem como promoção à celebração dos contratos.

O desembargador destaca que cada órgão ou entidade deve estudar sua conduta em relação à realização de licitações para que possa se organizar e localizar, em sua estrutura organizacional, quem vai exercer a posição de autoridade.

Outra questão amplamente levantada pelos pregoeiros está relacionada à responsabilidade pela elaboração do termo de referência, bem como, quais as informações e documentos o integram e as formalidades legais que devem ser observadas.

“De maneira ampla e geral, quem elabora o termo de referência é a unidade interessada na contratação. É ela quem elabora o termo de referência juntamente com a área de compras, que poderá ser útil na identificação das especificações existentes no mercado”, completa.

Também elucidado pelo palestrante, o quesito justificativa de contratação. De modo geral, o previsto é que não se começa um pregão sem que a autoridade competente tenha elaborado a justificativa de contratação, ou seja, sem que o motivo para este ato esteja explicitamente fundamentado.

Seguindo sua pauta, Torres falou sobre o estabelecimento dos critérios de aceitabilidade da proposta, também apontadas pelas três fontes normativas. “Para chegarmos à plena compreensão desses critérios o que pesa é a aceitabilidade”, diz. Se a proposta é diferente do que pede o edital, a aceitabilidade é um juízo a ser executado pelo pregoeiro já no início do certame.

Ainda na Lei Geral está a resposta referente ao indicado para assinatura da expedição do edital: a própria autoridade responsável pela expedição. Depois de totalmente pronto e aprovado, o processo à alçada do pregoeiro que também se incumbirá de sua publicidade, com publicação de aviso com a síntese dos dados iniciais.

COMPROMISSO COM RESULTADOS

Como conclusão, o desembargador Jessé Torres Pereira Júnior destaca a importância da qualidade em cada etapa da fase preparatória de uma licitação, para que a execução do contrato realmente corresponda ao resultado de um interesse público.



A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ENTRE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Além das atribuições individuais de cada parte, o advogado Jorge Ulisses Jacoby fala sobre o trabalho conjunto desses dois elementos do pregão

As atividades da quarta-feira, 13, foram iniciadas com a palestra “Responsabilidades e Responsabilização de Pregoeiro e Equipe de Apoio”, ministrada pelo advogado e mestre em Direito Público, Jorge Ulisses Jacoby.

Em sua apresentação, Jacoby destacou o nível de responsabilidade dos pregoeiros pelo emprego eficaz dos recursos públicos e a importância da qualificação desses profissionais.

Felizmente, para minimizar esse problema já existem algumas iniciativas da administração pública. “O Tribunal de Contas da União tem várias diretrizes no sentido de qualificar o pregoeiro. Ele é o gerente de negócios do órgão. A adoção de medidas corretivas específicas para diminuir o tempo de duração do certame depende de gente competente, qualificada”, diz o palestrante.



Parceria entre pregoeiro e equipe de apoio garantem qualidade do pregão. Jorge Ulisses Jacoby.

Qualificação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio é fundamental para o sucesso dos processos licitatórios.

Além do pregoeiro, o trabalho da equipe de apoio também possui grande valor. E, assim sendo, seus componentes precisam de qualificação adequada.

Como tarefas pertinentes ao pregoeiro, Jacoby elenca a prestação e esclarecimento de dúvidas sobre o edital; decisão motivada sobre a conformidade da proposta; condução da fase de lances; decisão motivada sobre a habilitação dos licitantes; decisão motivada sobre a aceitação da proposta; negociação com licitante que ofereceu menor lance; inquirição de recursos durante a sessão; decisão motivada sobre o recurso e negando o provimento, encaminhando à autoridade superior; decisão motivada sobre a aplicação da legislação e dos casos omissos; prestação de informações em mandado de segurança impetrado contra o ato do pregoeiro e aos órgãos de controle; direção dos trabalhos da equipe de apoio.

Entre as atribuições da equipe de apoio estão o recebimento da impugnação dos editais; exame das impugnações e dúvidas dos licitantes, encaminhando ao pregoeiro para decisão; recepção, identificação e credenciamento dos licitantes; recebimento dos

envelopes de proposta; recebimento das amostras quando requeridas; abertura de envelopes; análise da proposta quanto aos objetos e preços indicados; análise de conformidade da proposta para encaminhamento ao pregoeiro; preenchimento dos mapas de preços e quadros de lances; auxílio na organização da fase de lances; entre outras a serem designadas durante a sessão.

Em relação à organização hierárquica do certame, Jacoby lembra que o agente pregoeiro é absoluto. E ele afirma “não existe, no pregão, responsabilidade solidária dos agentes de apoio”. Em caso de irregularidades praticadas pelo pregoeiro, cabe aos demais servidores manifestar a constatação da ilegalidade ou do abuso de poder.

De qualquer forma, o que deve ser valorizada é a parceria entre pregoeiro e equipe de apoio. Pois, o pregoeiro competente vai fazer do trabalho prestado pelas equipes que o apóiam uma ferramenta importante. “Assim, ao analisar o processo decisório, o superior vai perceber que a decisão não foi tomada sozinha. Houve participação da equipe de apoio, técnica, da assessoria jurídica etc”, finaliza.



Amostras auxiliam administração pública na aquisição de produtos de qualidade. Edgar Guimarães.

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS EM PREGÕES

Professor Edgar Guimarães aponta as garantias que as amostras podem conferir ao trabalho dos pregoeiros

A adoção da modalidade pregão, para aquisição de objetos considerados comuns é uma prática constante no âmbito das licitações públicas. Mas, de acordo com o advogado Edgar Guimarães, o conceito jurídico de bem comum é algo impreciso e que só pode ser efetivamente analisado com base em um caso concreto.

Para ele, além de ser ponto obrigatório em qualquer processo de licitação, “a descrição do objeto no ato convocatório do certame é um dos elementos determinantes para o fracasso ou sucesso da licitação ou até mesmo da contratação”.

Diante disso, surge a questão: é possível exigir amostras em um pregão onde o objeto licitado é um bem de natureza comum? Para Guimarães, sim. Para tanto, ele justifica que embora não exista na legislação federal qualquer menção sobre amostras em pregões, deve-se basear no princípio da eficiência. “Em nossos atos administrativos temos que buscar resultados positivos para o interesse público, para a coletividade”.

Como consequência à essa possibilidade, podem surgir algumas dúvidas práticas. Primeiramente, Guimarães destaca que, embora importante, a solicitação de amostrar não pode comprometer uma das principais características do pregão: a celeridade. E para garantir a agilidade do processo, o Tribunal de Contas da União já permite que a exigência de amostras recaia, apenas, sobre o primeiro colocado no processo.

Outro ponto a ser destacado é sobre a necessidade de exigência de amostras. “A má qualidade dos produtos comprados muitas vezes não é culpa do pregoeiro. Pois afinal nem sempre é ele quem requisita, quem descreve o objeto da licitação”, pondera o professor. Por isso é fundamental dizer que a exigência de amostras se dá em face da garantia que a administração pública precisa ter para adquirir produtos de qualidade.

Também imprescindível é previsão da apresentação das amostras no ato convocatório do certame. “Não é possível exigirmos amostras sem previsão editalícia para tal. Os licitantes não podem ser tomados de surpresa para uma regra até então desconhecida”, justifica.

Não obstante, o edital precisará estabelecer parâmetros absolutamente objetivos para a análise das amostras. O documento deverá prever os testes aos quais as amostras serão submetidas, que resultados esperam obter-se, índices mínimos etc.

E, assim como em qualquer ato praticado em qualquer modalidade licitatória, à questão das amostras também cabe o princípio da motivação. Segundo Guimarães, “toda decisão deve ser motivada. Quando a autoridade superior revoga ou anula uma licitação, deve justificar. É o princípio de validade do ato administrativo”.

Embora o pregoeiro detenha o poder de decisão, caso não tenha conhecimento técnico para aprovar ou reprovar uma amostra, pode solicitar o parecer do departamento técnico, de engenharia ou da unidade responsável apta a julgá-la.

Finalmente, sobre a pré-qualificação de fornecedores, o advogado explica que não existe um regimento específico em âmbito federal. Entretanto, em algumas localidades, no estado do Paraná, por exemplo, a legislação já possui suas adaptações. De qualquer forma, ele pondera “em relação a desclassificação de fornecedores não pré-qualificados anteriormente, acredito que não seja possível, salvo se uma lei assim o dispuser”.

Ao encerramento de sua apresentação, Edgar Guimarães parabenizou os pregoeiros presentes e registrou seu conhecimento de muitos profissionais competentes e entusiasmados com suas atribuições. E concluiu “façam aquilo que gostam. Para sermos felizes, temos que fazer o que gostamos”.

A exigência de amostras se dá em face da garantia que a Administração Pública tem em adquirir produtos de qualidade.

AS RESPONSABILIDADES LEGAIS DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

Ministro Benjamin Zymler fala da atuação do TCU perante ilegalidades e irregularidades encontradas nos pregões

Convidado pelo Grupo Negócios Públicos a discorrer sobre o tema “Prestação de contas e responsabilidade por atos praticados no processo de administração do pregão”, o Ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler deparou-se com um fato admirável.

De acordo com ele, a pesquisa de exemplos práticos de sanções atribuídas a pregoeiros e equipes de apoio, pelo TCU, foi um trabalho árduo, já que o número desses processos é bastante reduzido. Surgiu, então, a reflexão: por que existem tantos casos de punição a comissões de licitações e tão poucos pregoeiros apenados?

Para ele a resposta a esta pergunta está no próprio formato do pregão. “Talvez o pregão seja a mais transparente modalidade de licitação. O pregoeiro se submete a um controle extraordinário, quase perfeito, que evita condutas ilícitas do pregoeiro ou da equipe de apoio”, analisa.

O Ministro iniciou falando sobre as atribuições do TCU. O órgão possui competência constitucional para controlar atos de gestão financeira da união. E a Lei 8.666/1993 confere a ele a fiscalização de licitações e contratos, onde são analisados aspectos jurídicos formais e avaliação do processo de gestão quanto à sua economicidade, eficácia e eficiência.

Para o Ministro, é importante destacar a capacidade de o TCU decidir de forma cautelar, quando houver indícios de irregularidades. Ele lembra, também, que o TCU não anula licitações, mas assina prazo para que o órgão corrija irregularidades. É o chamado controle mandamental.

Perante esse órgão, o agente público possui responsabilidade civil e administrativa. Sua penalização depende de quatro elementos: conduta comissiva ou omissiva; existência de dano ou infração à norma legal regulamentar ou contratual; estabelecimento de nexo de causalidade entre ação e a ilicitude verificada; dolo ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia) do agente.

Por suas características, o pregão ganha, também, o forte apoio do TCU que considera que a modalidade deve ser a mais utilizada pela administração pública. “Em 2006, 52% das despesas licitáveis do Poder Executivo Federal foram realizadas através de pregão”, conta o Ministro.

RESPONSABILIDADES DOS AGENTES PÚBLICOS

Outra inovação pertinente ao pregão e destacada pelo Ministro Zymler, é a soberania do pregoeiro. Embora a Lei e os Decretos aludem à existência da equipe de apoio, as competências do pregoeiro não podem ser transferidas a ela.

Ainda assim, o Ministro ressalta que na administração pública os agentes não podem atuar sem ter responsabilidades e obriga-



Transparência do pregão inibe irregularidades e ilicitudes. Ministro Benjamin Zymler.

ções. Portanto, a equipe de apoio também poderá ser responsabilizada por condutas omissivas, por não representarem a autoridade pública com legalidade ou, ainda, por concordarem com o pregoeiro em ordens manifestamente ilegais.

Um dos raros exemplos de convocação do pregoeiro e da equipe de apoio pelo TCU é encontrado em um pregão realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Os objetos do certame eram cofres equipados com fechaduras eletrônicas. Nesse caso foram aceitos atestados da licitante vencedora que não demonstraram capacidade técnica para oferecer o objeto requerido. Verificou-se, então, condição irregular do certame e tratamento privilegiado à empresa vencedora. O processo ainda não foi julgado.

Outro caso apresentado culminou na aplicação de multa ao pregoeiro. O fato aconteceu em um pregão do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) realizado para a compra de mobiliários. Um dos requisitos era a apresentação dos catálogos do fabricante. O catálogo apresentado por um dos licitantes não foi aceito sob o argumento de que carecia de explicações técnicas. O TCU entendeu que houve um ato ilícito e penalizou o pregoeiro.

CONGRATULAÇÕES À TRANSPARÊNCIA

Como análise geral de sua exposição, o Ministro Benjamin Zymler concluiu que o pregão é um exemplo de avanço à transparência da administração pública. Parabenizando a qualidade dos trabalhos realizados pelos pregoeiros, o Ministro finalizou: “hoje, o pregão no Brasil está entregue a uma equipe de pregoeiros muito competente, muito capaz”.

**Itaipu.
20 unidades
geradoras.
14 mil MW.**

Com a inauguração de duas novas unidades geradoras, em maio de 2007, a Itaipu Binacional passou a produzir 14 mil megawatts. Toda essa capacidade, é fruto da cooperação entre dois povos, unidos por um mesmo desafio: construir a maior usina hidrelétrica do mundo em produção de energia. Itaipu é a integração entre tecnologia e meio ambiente; entre crescimento econômico e respeito às comunidades; entre o hoje e o amanhã.

**Uma história que brasileiros e paraguaios
escrevem juntos e que vai servir de exemplo
para muitas gerações.**



**Mais energia
para o Brasil, para
o Paraguai e para as
próximas gerações.**

Integração
que gera energia e
desenvolvimento.


ITAIPU
BINACIONAL

Gobierno Nacional 
(¡Vamos por el Paraguay!)


UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL



Da esquerda para direita: Paulo Bernardo Lindoso; Rogério Santana; Sílvio Cordioli e Natanael Freire.

Simultaneamente à programação oficial do Congresso aconteceu o II Fórum Nacional de Sistemas em Rotinas Aplicadas ao Pregão. Comandadas por autoridades e servidores especialistas na área, os fóruns foram disputados pelo público e promoveram o debate sobre a aplicação dos principais sistemas das compras públicas brasileiras.

Confira, a seguir, os principais destaques de cada fórum.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE SUPRIMENTOS É DESTAQUE NA PARAÍBA

Com o objetivo de melhorar a qualidade das compras públicas e com o compromisso de colocar em prática a gestão estratégica de suprimentos, a Secretaria de Administração Pública do Estado da Paraíba criou, em 2006, a Central de Compras. Utilizando como metodologia o BMP – *Business Process Modeling*, todo o processo de compras é elaborado passo a passo, de forma detalhada, desde o protocolo, passando pela assinatura, aceite etc.

De acordo com o representante da Secretaria, José Lisman Felipe dos Santos, a iniciativa foi determinante para a efetiva aplicação da economia e da eficiência da administração pública. O sistema, que até então estava viciado em modalidades de licitações que se perdiam no formalismo, hoje possui um sistema



Central de Compras PB: economia e agilidade. José Lisman Felipe dos Santos

gestor de compras totalmente voltado para atender às necessidades da administração pública com foco na economia dos recursos da sociedade.

Em quase dois anos de funcionamento, o sistema possui hoje cerca de 90 órgãos e entidades credenciadas e disponibiliza ferramentas de gestão que possibilitam o planejamento prévio de grande parte das compras do governo do estado. De acordo com Santos, 80% das ações da fase interna dos processos licitatórios são on line, incluindo atas de registro de preços.

Além de otimizar tempo, operação e atendimento, a Central de Compras também gerou economia de aproximadamente R\$ 13 milhões em 2006; R\$ 97 milhões durante 2007; e, apenas nos três primeiros meses deste ano, cerca de R\$ 10 milhões já foram economizados.

Para a contínua melhoria do sistema, o governo do estado investe constantemente em capacitação dos recursos humanos e, ainda, promove a interação com demais órgãos como Secretarias, Tribunal de Contas, entre outros.

ESTADO DE SÃO PAULO É REFERÊNCIA EM LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Engajado com as políticas de gestão sustentável, o governo do estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Administração vem realizando importante trabalho com a implementação das Licitações Sustentáveis.



Exemplo de desenvolvimento: estado de SP sai na frente e adere às licitações sustentáveis. Valéria D'Amico.

De acordo com a coordenadora de compras do estado de São Paulo, Valéria D'Amico a administração pública brasileira vive um momento positivo, fundamentado em valores éticos e de transparência que favorecem esse tipo de gestão.

Embora ainda não apareçam na legislação de forma oficial, as licitações sustentáveis já são realidade e fundamentam-se em três pilares: social, ambiental e econômico. Esses processos deverão basear suas contratações de bens, serviços e obras em custos efetivos com base em condições de longo prazo, buscando gerar economia, benefícios à sociedade e reduzir impactos ambientais.

Para D'Amico, é preciso usar a força do estado para fomentar ações positivas, contribuindo para o desenvolvimento social. A coordenadora explica, ainda, que a definição de licitações susten-

táveis foi inspirada nos ingleses que já utilizam essa metodologia há mais de 10 anos e, ainda assim, continua em fase de implantação. “O processo é muito lento, pois implica em educação e conscientização”, justifica.

Ela esclarece, também, que compra sustentável é uma compra inteligente. Ou seja, onde além de valorar o custo efetivo, analisa-se toda a cadeia envolvida, sem a obsessão exclusiva pelo atributo preço. “Adquirir a visão macro não é fácil. Estamos treinados para o imediatismo do preço”, lamenta.

Neste cenário, a coordenadora atribui pontos positivos ao crescimento do pregão que, segundo ela, “deu ao pregoeiro função mais nobre”. Pois, com a otimização do tempo garantida por esta modalidade de licitação, o pregoeiro tem mais tempo para sofisticar seu ambiente de compras.

Entre as ações que caracterizam as licitações sustentáveis estão a utilização de critérios ambientais, conforme orientação do A3P – do Ministério do Meio Ambiente; opção pelos produtos sustentáveis elencados pelo Ministério do Planejamento; aplicação da lei das micro e pequenas empresas, contribuindo para geração de empregos e o desenvolvimento social; parceria com cooperativas; entre outros.

Mais do que tendência, as licitações sustentáveis começam a ganhar força e, segundo D'Amico, cabe ao pregoeiro difundir suas idéias sobre o assunto, influenciando e interferindo, gradativamente, nos processos decisórios.

PREGÃO ELETRÔNICO E LEI 123/06 INCENTIVAM CRESCIMENTO DAS MPES

Com o intuito de desburocratizar os processos de licitação e favorecer o crescimento das micro e pequenas empresas, o Decreto 6.204/07 pode servir de base para que as administrações públicas de todo país implantem o pregão eletrônico em suas políticas de compras.

De acordo com o secretário da SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Rogério Santanna, “é possível utilizar ferramentas eletrônicas e, assim, assegurar a participação das micro e pequenas empresas. Os mecanismos legais estão disponíveis, basta que os estados e municípios implementem os incentivos da Lei 123/06”.

Defensor do pregão eletrônico, Santanna vê nesta modalidade de licitação vantagens relevantes, tais como: redução de custos de participação; ampliação do controle, evitando fraudes e desvios; simplificação dos procedimentos; maior competitividade no certame, com disputa efetiva de preços; redução do tempo médio das contratações.

De acordo com Santanna, em 2007 o governo federal comprou cerca de R\$ 16,5 milhões através de pregão eletrônico e cerca de R\$ 2,34 milhões utilizando o pregão presencial. “O pregão eletrônico representa 47% de tudo que foi comprado pelo governo federal, incluindo muitas vezes contratação de empresas estatais”, diz.

A quantidade de fornecedores cadastrados nos últimos cinco anos também teve importante crescimento. Enquanto em 2002 havia

cerca de 173 mil empresas cadastradas no governo federal, no ano de 2007 o número subiu para quase 275 mil. Sendo que as micro e pequenas empresas representam mais da metade desses fornecedores. E Santanna prevê: “em 2008 esse número deve aumentar ainda mais em virtude das novas tecnologias implantadas que vão favorecer a participação das MPEs”.

FERRAMENTA TECNOLÓGICA OFERECE SEGURANÇA AO PREGÃO ELETRÔNICO

Especializada em serviços de tecnologia de informação, a Dimension Data atua há três anos na área de pregões eletrônicos atendendo a órgãos públicos.

Entre os seus clientes está a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico de São Paulo), onde a Dimension Data realiza serviços de monitoração, ajudando a garantir a qualidade dos processos de pregão eletrônico. De acordo com o consultor da empresa, Paulo Bernardo Lindoso, a monitoração é uma ferramenta de tranquilidade e transparência tanto para o pregoeiro, como para o fornecedor.

“Oferecemos uma ferramenta que ajuda a controlar o canal de comunicação entre pregoeiro e fornecedor. Geramos um vínculo de credibilidade nos pregões eletrônicos, que precisam de ferramentas imparciais para mediar e monitorar esse canal”, explica Lindoso.

Um dos critérios monitorados pela empresa é o tempo do pregão. Funciona da seguinte maneira: a Dimension Data entra no pregão da Sabesp como se fosse um visitante e verifica a qualidade da estrutura do ambiente. Confere se as conexões e as salas estão funcionando corretamente, dentro do padrão de velocidade eficaz. Em caso de problemas, tanto a equipe de suporte de TI como o próprio pregoeiro são comunicados. A comprovação de alterações que podem comprometer o desempenho de algum participante, garante ao pregoeiro autonomia para estabelecer nova sessão do pregão.

“Criamos uma medida tangível da qualidade do serviço prestado pela Sabesp. Garantimos manutenção das condições para oferecimentos dos lances e, quando necessário, nossos relatórios são anexados ao histórico de cada licitação realizada”, finaliza Lindoso.

MELHORIAS NO PORTAL DE LICITAÇÕES DO BB CONTEMPLAM MPES

Vencedor do Prêmio 19 de Março em sete categorias, o sistema de pregão eletrônico do Banco do Brasil pode ser considerado referência em diversos aspectos. E para garantir a qualidade de seu portal de licitações, o www.licitacoes-e.com.br, a instituição realiza constantes melhorias com o fim de agilizar o trabalho dos usuários e dos próprios pregoeiros.

Como todas as atividades do banco são pautadas pela regulamentação federal, algumas das mais novas mudanças estão relacionadas à própria implementação da Lei Complementar 123/2006. De acordo com o representante da instituição, Sílvio César

“Criamos um ambiente simples para que o pregoeiro ou o apoio não sinta os reflexos da lei”, Sílvio César Cordioli.

Cordioli, é importante levar as leis para o ambiente da internet, a fim de garantir a legalidade do ato administrativo. “Geralmente as Leis são criadas para o ambiente normal. Implanta-las na internet é uma questão primordial para realizar compras através desse canal”, afirma.

Em atenção à legislação vigente o Banco do Brasil também executou mudanças que beneficiam as micro e pequenas empresas. Para tanto, tornou seu sistema ainda mais inteligente, habilitando-o a indicar ao pregoeiro a presença de uma MPE em uma sessão de pregão. Segundo Cordioli, “criamos um ambiente simples para que o pregoeiro ou o apoio não sinta os reflexos da lei”.

Entre as mudanças realizadas destacam-se a identificação das empresas por segmento (micro, pequeno porte, cooperativa ou outras empresas) que possibilita tratamento diferenciado, automático, às MPEs; mudanças na forma de entrega da proposta, com disputa pelo valor total do lote e, não, item a item; exibição ao fornecedor de todos os passos dados durante o processo, reduzindo a margem de erros; exibição ao pregoeiro das propostas classificadas ou não e, ainda, as desistidas. “As salas de disputa também receberam várias melhorias como legendas de identificação, horários, lote, lances, detalhamento da proposta vencedora. Está tudo automatizado para o pregoeiro”, complementa Cordioli.

Embora tenham alterado um pouco a rotina de trabalho do pregoeiro, futuramente, as mudanças oferecerão grandes benefícios aos operadores do sistema. E Cordioli explica “vamos criar um banco de preços que será disponibilizado ao pregoeiro. Será mais fácil comparar os valores de cada fornecedor e definir qual a melhor opção para contratar ou comprar”.

Segunda instituição no país a ter seu sistema eletrônico de compras certificado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco Mundial (BIRD), o Banco do Brasil consolida-se cada vez mais na área de pregões eletrônicos. Em 2007, 100 mil fornecedores foram cadastrados e habilitados; já existem 1,5 mil compradores em rede nacional e mais 600 unidades organizacionais; R\$ 9 milhões foram contratados durante o ano; foram abertas 54 mil licitações e 176 mil lotes; um milhão de propostas foram entregues; 5,2 milhões de lances foram ofertados; e, em média, 250 mil editais foram baixados por mês.

DETERMINAÇÃO E SIMPLICIDADE

Os segredos do sucesso para Amyr Klink

Depois de quatro meses na Antártica, ao lado da família, o navegador Amyr Klink voltou ao Brasil especialmente para participar do III Congresso Brasileiro de Pregoeiros, onde prestigiou a todos com sua envolvente palestra.

Para discorrer sobre o tema “Motivação e redução do estresse do trabalho em condições adversas – Planejamento e Compromisso”, Klink relatou parte das aventuras e desafios que viveu durante suas viagens solitárias ao continente antártico.

Comparando seu trabalho às atividades realizadas pelo pregoeiro, o navegador destacou a constante busca por parceiros e fornecedores de conhecimento. Uma atividade que requer poder de negociação, comprometimento, mas que proporciona resultados gratificantes.

A paixão pelo mar foi despertada em Amyr Klink na cidade de Parati (RJ), local que frequenta desde criança. Lá, construiu uma casa rudimentar, sem luz elétrica, onde o aquecimento da água é feito pelo contato de um maçarico no cano e o acesso à cidade só é possível por canoa.

“O amor que eu e nossa família temos à nossa casa serve para valorizar as ferramentas que temos ao alcance e como elas podem ser bem utilizadas”, diz o navegador. Para ele, a tecnologia é a capacidade humana de fazer uso do conhecimento disponível. E, embora o acesso a esta ferramenta seja cada vez maior, sua efetiva utilização não acompanha o mesmo ritmo.

Por meio de suas experiências, seus erros e acertos, Klink descobriu que as soluções completas estão na compreensão das coisas simples. Como exemplo disso, o palestrante mencionou as diferentes canoas que conheceu em diversas partes do Brasil. Embora pareçam precárias, os conceitos destas embarcações, suas linhas, formas e estilos justificam-se pela funcionalidade e eficiência que desempenham.

Entre suas 27 viagens à Antártica, sua travessia pelo Oceano Atlântico, em 1984 e sua volta ao mundo contornando o continente gelado, alguns anos mais tarde também foram grandes escolas na vida do navegador. Em sua avaliação, Klink afirma que o grande aprendizado aconteceu por meio de seus erros, geralmente atrelados ao que poderia se considerar como pequenos detalhes.

Controlar o estoque de água potável e de combustível (vital para todas as atividades do cotidiano) estabelecer rotina diária de trabalho, saber negociar e planejar, eram atividades fundamentais para a sobrevivência das expedições.



Palestra de Amyr Klink foi uma das grandes atrações do Congresso.

Movido a desafios, Klink resolveu construir um barco simples e barato, que pudesse ser operado apenas por uma pessoa. Nasceu, então, a idéia de se construir um estaleiro, mas os entraves burocráticos da legislação trabalhista e tributária brasileira dificultavam o projeto. Foi então que surgiu a idéia de buscar pessoas totalmente desqualificadas e capacitá-las adequadamente.

Ao ver o crescimento do negócio e das pessoas à frente dele, Klink mudou seu conceito sobre profissionalismo. “Existem atividades que precisam mais do que profissionalismo. Precisamos colocar a alma, amor para fazer direito. No estaleiro, ninguém ganhava muito, mas todos tinham orgulho do trabalho”. Hoje o estaleiro sediado em Itapevi (SP), localizado a 140 quilômetros do mar, é referência internacional e suas embarcações são consideradas as melhores do mundo para navegação na Antártica.

Depois de sete anos consecutivos viajando pelo continente gelado, o navegador levou toda a família para conhecer a Antártica. O período de convivência com as crianças, a percepção da sinceridade e da pureza pertinente a elas, reafirmou a Klink uma certeza: de que a simplicidade é o caminho para o sucesso. E ele finaliza: “nossos planos para o futuro deverão ser construídos por nós mesmos”.



Talk Show reuniu especialistas em debate informal.

ESPECIALISTAS DEBATEM LEGISLAÇÃO E TENDÊNCIAS DO PREGÃO

Repetindo o sucesso conquistado em 2007, o Talk Show foi grande atração na terceira edição do Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Sob a coordenação do advogado Edgar Guimarães, estiveram reunidos os professores Adriana Castro, Fernanda Babini, Jorge Ulisses Jacoby, Jair Eduardo Santana, Jonas Lima e Rolf Dieter Bräunert.

Através do debate informal, os pregoeiros puderam conhecer distintas opiniões e, até mesmo, reformular seus pontos de vista acerca de importantes assuntos pertinentes às suas atividades.

A primeira questão apresentada por Guimarães referiu-se à obrigatoriedade da presença física do licitante em sessões de pregão. O advogado Jorge Ulisses Jacoby iniciou a discussão afirmando que, de acordo com sua interpretação, a presença ou ausência de representante do fornecedor é matéria onde a lei foi lacunosa. Para ele, o edital pode validar essa questão. Ele acredita, ainda, que a exigência do representante legal de uma MPE no pregão presencial, favorece as empresas locais na participação do processo.

Já o mediador do debate, Edgar Guimarães, não compartilha da mesma opinião. Ele acredita que não há meios de exigir presença física do representante em edital por falta de subsídios legais. Além disso, em caso de ser uma MPE, o fornecedor não poderá se valer dos benefícios legais da Lei 123. “Haveria uma espécie de renúncia tácita”, afirma.

Para a professora Adriana Castro, o próprio termo “presencial” já define as obrigatoriedades da modalidade. E explica que para possibilitar que o maior número possível de empresas participe de um processo licitatório, o governo federal tem utilizado ao máximo o pregão eletrônico.

Declarando-se favorável à inexigibilidade da presença, o professor Jonas Lima lembrou, entretanto, que a ausência do licitante o impede de fazer lances. Para arrematar a questão, a professora Fernanda Babini observou que sendo a proposta boa, firme e consistente pode ser aceita, inclusive, se enviada por correio.

A discussão teve sequência tratando da possibilidade das MPEs participarem de uma licitação mesmo estando irregular em sua

situação fiscal. Fato que parece contrário à Lei 10.520/2002 onde é prevista aos licitantes a obrigatoriedade no cumprimento de todas as questões de habilitação.

Neste assunto, os especialistas concordam que não há um conflito, haja vista que após sua aprovação em um processo licitatório, caso a MPE possua pendências, terá um período para regularizar sua situação.

O terceiro tópico abordou a falta de divisão de um objeto licitatório, tornando-o de grande volume e afastando, assim, a presença de MPEs na licitação.

Segundo Jacoby, a legislação resolve isso, pois deve constar nos autos a divisibilidade ou não dos objetos. Em sua leitura, o advogado entende que o gestor de um processo pode justificar a indivisibilidade de um objeto diante da inviabilidade econômica do ato. “A legislação prevê que os benefícios às MPEs não valem, se na sua aplicação houver prejuízo ao erário”, justifica.

De acordo com a análise da professora Adriana Castro, tudo deve ser justificado. E ela parte do princípio de que, atendendo aos critérios de comprovação técnica e viabilidade econômica, a



Jacoby x Guimarães: interpretações distintas levam pregoeiro a formar sua própria opinião.



Adriana Castro: trabalho de pregoeiros garante sucesso ao pregão eletrônico.

de falar do tratamento com o licitante, como respondem aos recursos, aos mandados de segurança”.

Para fechar a questão, o presidente do Grupo Negócios Públicos, Rudimar Barbosa dos Reis, anunciou a publicação da pesquisa salarial de pregoeiros. O trabalho foi realizado pela revista O Pregoeiro em parceria com o Instituto Negócios Públicos e estará disponível nos sites www.pegao2008.com.br e www.oppb.org.br.

A última e inquietante pergunta do Talk Show foi direcionada à professora Adriana Castro e abordou as reais expectativas sobre as mudanças da Lei 8666. Castro explicou que a nova proposta está calcada nas boas práticas do pregão. “Lá está a proposta de todas as modalidades serem feitas por meio eletrônico, tudo baseado no sucesso do pregão, no trabalho dos pregoeiros”, afirma.

A professora explica que ao passar pelo Senado, o projeto sofreu muitas alterações e foram incorporadas outras regras que não estavam no texto original. Na Câmara dos Deputados, ainda com sua urgência constitucional, o projeto ficou delimitado ao texto legal que o projeto alterava.

No momento, o grande impasse do projeto é o problema é utilização do pregão para obras e serviços de engenharia. E a professora questiona “há um consenso que é possível. Até porque se eram feitas obras utilizando concorrência tipo menor preço, por que não podemos fazer pregão para obras?”.

Ela conta que até mesmo o Tribunal de Contas da União (TCU) já esteve no Congresso apoiando o pregão para obras e que, inclusive, já estava fazendo utilizando a modalidade para contratação de obras.

Em relação à questão política, o projeto não possui urgência constitucional. Ainda assim, existe a expectativa de ser votado esse ano. Passado o Senado, o projeto tem que voltar para a Câmara, para nova revisão. “Tenho esperança de que até o final do ano ele seja aprovado. Gostaria de contar com a força dos pregoeiros, porque acredito no sucesso do pregão e atesto sua qualidade e seriedade para todas as compras e aquisições”, conclui.

divisão sempre deve ocorrer. Para a professora Fernanda Babini o afastamento das MPEs de uma licitação que envolva valor muito alto, não é verdade absoluta. “A LC veio com intenção de beneficiar as MPEs. Pode ser que uma MPE não consiga entrar no lastro de 5%, mas pode ser que consiga. A única coisa que realmente pode afastar são condições econômico-financeira”, diz.

E enfatizando a qualificação técnica, o professor Bräunert destaca: “a subdivisão pode causar problemas técnicos futuros daquilo que será adquirido. Esse aspecto deve ser observado. Quando elaboro uma licitação, faço por item e nos instante em que tiver alguns bens que deverão ser padrão, faço um lote global”.

REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR

Ao entrar em pauta, o assunto remuneração dos pregoeiros causou agitação entre os presentes. Em sua resposta, os especialistas foram unânimes ao reconhecer a urgência de medidas que contemplem novas formas de remuneração aos profissionais. Entre os argumentos apresentados, foram destacadas as responsabilidades inerentes ao cargo e o acúmulo de funções.

Jacoby alerta que existe amparo constitucional para essa medida. No pregão a economia é algo transparente. E a constituição federal obriga que a lei regulamente como será aplicada a economia decorrente da redução da despesa corrente. Essa redução deverá ser revertida aos servidores em forma de treinamento e remuneração.

A necessidade de união dos pregoeiros ganha força com o apoio do professor Jair Santana. Para ele, os núcleos mais avançados da administração não compactuam com a idéia. “Então temos que tomar medidas que venham de baixo para cima. Na prática, temos que fazer requerimento, dossiê, juntar pregoeiros. Até a hora que um superior hierárquico dê andamento ao processo”, incentiva.

Como representante dos pregoeiros, a professora Fernanda Babini também se declara ansiosa por esse reconhecimento. E ela comemora “vejo nos pregoeiros orgulho em falar quanto economizaram, como se tivessem feito aquilo para si. Eles têm orgulho



Pregoeiros ouviram importantes nomes das Compras Públicas.



Pregão eletrônico teve espaço exclusivo durante a sessão Sala Aberta.

SALA ABERTA

Mais uma novidade apresentada pelo III Congresso Brasileiro de Pregoeiros, a sessão Sala Aberta promoveu dinâmica discussão acerca de problemas e soluções para o Pregão Eletrônico. O encontro reuniu seleto grupo de profissionais e foi comandado pelo professor Jair Santana.

Para iniciar as discussões, a professora Rosimery Fauth, da Itaipu Binacional, trouxe um case diferenciado: o pregão binacional, prática comum à hidrelétrica que possui sua própria Norma Geral de Licitação.

Uma das particularidades do pregão binacional é a presença de duas moedas durante a disputa. O fornecedor paraguaio apresenta sua proposta em guarani e o brasileiro, em real. Cada licitante faz os lances em sua moeda corrente e o pregoeiro acompanha todo o tempo, fazendo as comparações em dólar. No início da sessão o pregoeiro informa as taxas utilizadas, fixadas pelos Bancos Centrais dos dois países.

Além de especial atenção, o pregoeiro que comanda os pregões binacionais precisa dominar o português e o espanhol, pois havendo necessidade de se reportar a um dos fornecedores, deverá utilizar o idioma do licitante.

A próxima questão levantada por Jair Santana foi sobre a real existência de um software que possibilita ao fornecedor disparar lances consecutivos e quais as suas consequências. O primeiro a responder foi o representante do Banco do Brasil, Sílvio Cordioli.

De acordo com ele, o sistema Licitações-e, do Banco do Brasil, nunca detectou indícios de uso do referido software, com a possibilidade de burlar o sistema. De qualquer forma, ele afirma que “existem mecanismos internos que podem travar e dificultar essa operacionalização”.

Já no Comprasnet, de acordo com seu representante, Cléber Bueno, alguns problemas decorrentes da interferência do artifício tecnológico foram detectados. “Por não ser algo ilegal, demoramos um pouco mais para achar a solução”, conta. A saída encontrada foi estabelecer um parâmetro no sistema, ou seja, o mesmo fornecedor não tem como fazer dois lances consecutivos em espaço de tempo inferior a seis segundos.

A prorrogação no tempo para lances também foi implantada pela Sabesp (Companhia de Saneamento Básico de São Paulo). Com isso, além de se prevenir contra o uso de “robôs”, a empresa também garante a contratação real do menor preço. “Com o tempo randômico nunca existe certeza se ali está o menor preço. Às vezes os licitantes não podem dar menor lance porque o tempo acabou”, explica o representante da companhia, Álvaro Mendes.

E, para garantir a segurança nos ambientes virtuais dos pregões, diversos recursos vêm sendo desenvolvidos. Nesse campo, a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo também já possui importante destaque. Segundo Márcio Moreira, representante da entidade no Congresso, “a certificação digital é utilizada em larga escala desde o ano 2000, fundamentada na MP 2.200/01”. A certificação digital oferece confiabilidade, segurança, garantia jurídica e maior transparência à compra.

Também na pauta da Sala Aberta esteve a adaptação dos sistemas Licitações-e e Comprasnet às novidades da LC 123/06. Na oportunidade, os representantes explicaram como seus usuários podem se portar em relação ao empate ficto (julgamento das propostas), à habilitação com possibilidade de saneamento e aos três benefícios exclusivos (licitação própria fechada para MPE, sub-contratação forçada e licitação por cotas).

Em suma, quem opera a plataforma do Banco do Brasil já consegue aplicar todos os benefícios. O Comprasnet, por sua vez, opera intensamente os três primeiros itens enquanto os outros encontram-se em fase de aprimoramento. Vale lembrar que a dificuldade existente no Comprasnet provavelmente exista pelo fato de o sistema estar agregado a outros, demandando maior trabalho.

Outro tema recorrente entre os pregoeiros contempla a remuneração pelo uso do sistema de compras. Em resposta, Sílvia Cordioli explicou que, após seis anos disponibilizando seu sistema gratuitamente, o Banco do Brasil negociou com seus fornecedores o ressarcimento de custo, conforme direito previsto em Lei.

Para justificar a nova medida, Cordioli relatou que em 2007, o Banco do Brasil investiu cerca de R\$ 7 milhões para implementar mudanças e melhorias no sistema de pregão eletrônico.

O OUTRO LADO

Como não poderia deixar de ser, os fornecedores também tiveram espaço na Sala Aberta. O porta-voz foi o professor e consultor, Paulo Boselli, que destacou como principal reivindicação dos fornecedores a questão do preço. Para ele, o pregoeiro deve lembrar que nem sempre o preço baixo, é o preço bom. “O comprador deve buscar o preço mais baixo possível, desde que mantenha em funcionamento o seu fornecedor”, afirma.

Também foram apresentados por Boselli como problemas aos fornecedores, a grande quantidade de portais de pregão eletrônico e suas constantes modificações; a variação da legislação nas diversas esferas administrativas; a falta de objetividade na definição de um bem comum e os problemas burocráticos que isso acarreta; e, ainda, o excesso de documentos solicitados ao licitante.

Em relação à LC 123/06, o consultor também aponta uma dificuldade. Segundo ele, muitas empresas grandes fazem pequenas vendas para todos os órgãos. Quando as licitações de até R\$ 80 mil passam a ser exclusivas às MPEs, as grandes viabilizam sua participação através de distribuidores. Ainda mais grave do que as perdas econômicas, Boselli acredita que essas medidas podem dar margem a fraudes.

“O pregão eletrônico trouxe uma revolução cultural, acompanhada por mudanças na própria estrutura da Administração Pública”. Jair Santana.



A partir da esquerda: Márcio Moreira, Álvaro Mendes, Rosimery Fauth, Cleber Bueno, Jair Santana, Paulo Boselli, Sílvia Cordioli e Rudimar Barbosa.

ACONTECEU NO EVENTO ...

MARCO DE PERENIDADE REGISTRA “10 ANOS DE PREGÃO”

Durante o III Congresso Brasileiro de Pregoeiros, todos os palestrantes e convidados especiais que compuseram a mesa de honra foram presenteados com o Marco de Perenidade.

A peça, totalmente cristalina, representa uma das principais características do pregão: a transparência. Personalizado, o Marco de Perenidade também trazia em suas inscrições a frase “10 Anos de Pregão: eu participei”.

Depois de presentear seus convidados, durante os três dias de evento, foi a vez do presidente do GNP, Rudimar Barbosa, ser prestigiado com a lembrança, entregue pelo diretor do Grupo, Ruimar Barboza.



O anfitrião Rudimar Reis é homenageado por Ruimar Reis.



EXPOSIÇÃO APRESENTA LANÇAMENTOS E SERVIÇOS ESPECIAIS

Mais uma vez, o Grupo Negócios Públicos contou com parcerias ilustres durante o III Congresso Brasileiro de Pregoeiros.

Durante os intervalos das atividades, os congressistas tiveram a oportunidade de visitar stands de empresas e entidades que atuam de maneira fundamental para o desenvolvimento do pregão no Brasil.

Entre as novidades apresentadas pela exposição, destaque para o livro “Pregão Presencial e Eletrônico – Aprendendo na Prática”. Com autoria de Dagoberto Domingos de Araújo e publicação da Editora Negócios Públicos, a obra chega à sua quarta edição, totalmente revisada e atualizada.





PRESIDENTE DA NEGÓCIOS PÚBLICOS ANUNCIA NOVO PRÊMIO PARA 2009

Após quatro dias de intensa convivência, pregoeiros de todo Brasil se despediram do III Congresso já se programando para a próxima edição, em 2009.

Tomado pela emoção de concluir com sucesso mais este grande evento, o presidente do Grupo Negócios Públicos, Rudimar Barbosa, lançou um novo desafio: “para 2009, todas as entidades que aplicarem remuneração aos pregoeiros, serão premiadas”.

Com aprovação unânime da platéia, Rudimar Barbosa encerrou o evento convidando os presentes a se cumprimentarem com caloroso abraço.

INP DIVULGA PESQUISA SALARIAL DE PREGOEIROS

O Instituto Negócios Públicos (INP) realizou nova pesquisa salarial entre os pregoeiros atuantes nas esferas municipal, estadual e federal.

O trabalho teve como objetivo apurar as formas de remuneração de pregoeiros e equipes de apoio e, ainda, mensurar a aplicação das modalidades pregão eletrônico e presencial nos certames realizados em 2007.

A pesquisa foi aplicada pela internet durante o último mês de fevereiro e alguns dos dados apurados foram: 89% dos entrevistados responderam não possuir remuneração pela atuação

GINÁSTICA LABORAL PARA PROMOVER O BEM-ESTAR

Para garantir o bem-estar dos congressistas durante as atividades realizadas no período da tarde, uma equipe especializada de recreadores foi responsável por aplicar sessões de ginástica laboral.

Os exercícios consistem em alongamentos, relaxamento muscular e flexibilidade das articulações. Além disso, as atividades propostas proporcionaram momentos de descontração e relaxamento, contribuindo para a renovação da concentração aos conteúdos apresentados.



como pregoeiro. Entre os 10% que afirmaram ser remunerados, 70% declararam que têm remuneração fixa pela função extra, enquanto 7% recebem por pregões realizados e 1,6% ganham sobre o valor do pregão. Outros 21,4% têm outras formas de remuneração.

Em relação aos servidores que compõem as equipes de apoio, 87% declararam não receber pagamento pelos trabalhos em pregões, contra 11% que afirmam ter pagamentos extras.

Confira a pesquisa completa nos *sites* da Negócios Públicos Eventos www.npeventos.com.br e da Ordem dos Pregoeiros do Brasil (OPB), www.oppb.org.br.



NP EVENTOS LANÇA CURSO DE CAPACITAÇÃO INÉDITO NO PAÍS



A NP Eventos acaba de lançar mais uma ferramenta exclusiva para capacitação dos profissionais atuantes na área de compras públicas: o Centro de Treinamento Móvel, curso com metodologia inédita no Brasil.

ORGANIZAÇÃO GARANTE SATISFAÇÃO E TRANQUILIDADE AOS CONGRESSISTAS

A Negócios Públicos Eventos tem como principal compromisso promover eventos de qualidade, garantindo sólida capacitação e total satisfação de seus participantes.

A cada ano a NP Eventos aprimora os seus serviços, tornando o Congresso Brasileiro de Pregoeiros um evento mais atrativo e indispensável aos profissionais que buscam desenvolvimento na área de compras públicas.

Além disso, os organizadores se preocupam em criar mecanismos que assegurem aos órgãos e instituições a efetiva participação de seus representantes em um evento pautado pela seriedade e competência.

Neste ano, toda a organização do evento ficou por conta da equipe NPE que contou com ferramentas específicas para coordenar a recepção e participação dos congressistas nas diversas atividades do evento.

Em sua chegada, cada participante foi devidamente cadastrado e recebeu vouchers de acesso aos plenários, fórum, oficinas, almoço, jantar, retirada de materiais, entre outros. O material de apoio incluiu pasta, CD com conteúdo do congresso, camiseta, boné, blocos e

Como novidade, além de cada participante utilizar um notebook individual em suas atividades durante o curso, recebe, definitivamente, um pendrive NP personalizado e material de apoio contendo pasta, Leis, apostila, livros e cartilha.

Enfatizando o aprendizado prático, 60% do treinamento serão direcionados à realização de exercícios acompanhados e orientados por professores qualificados. O equipamento permite, inclusive, a realização de pesquisas e consultas à internet em tempo real. Ao final do curso, cada aluno terá em seu pendrive todos os materiais complementares e exercícios realizados em sala.

Entre os temas ministrados no CTM, destaque para “Elaboração de Editais de pregão”, “Elaboração de Planilhas e Custos nos Contratos de Serviços Terceirizados” e “Capacitação e Formação de Pregoeiros – Sistema de Registro de Preços (SRP) – Atualização da LC 123/06, incluindo novo Decreto 6204/07”.

Confira a agenda completa do Centro de Treinamento Móvel no site www.npeventos.com.br. Outras informações pelo telefone (41) 3361-6600.



canetas, além da nova coleção “10 Anos de Pregão”.

O gerenciamento das informações foi realizado eletronicamente, através de *software* desenvolvido especialmente para o Congresso. Além de agilidade, o sistema garante segurança dos dados coletados atestando a frequência de cada congressista e possibilitando, assim, a certificação de sua presença.